

Ações educativas sobre discriminação racial e saúde: um relato de experiência com adolescentes

Educational actions on racial discrimination and health: an experience report with adolescents

Raissa Dias Araújo Gadelha

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
raissa.araujo@upe.br
ORCID:(0000-0001-8171-5136)

Iraneide Nascimentos dos Santos

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
iraneide.nascimento@upe.br
ORCID:(0000-0001-8449-7840)

Stela Magela Valdete da Silva

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
stela.magela@upe.br
ORCID:(0009-0007-6023-860X)

Rúbia Helen Souza de Andrade

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
ribia.andrade@upe.br
ORCID:(0009-0008-0670-5120)

Maria Carolinne Farias Ferreira Câmara

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
carolinne.camara@upe.br
ORCID:(0000-0002-3722-5524)

Jéssica Teixeira Batista Modesto

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
jessica.teixeira@upe.br
ORCID: (0000-0001-6141-8580)

Kamila Valleska da Costa Souza

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
kamila.valleska@upe.br
ORCID:(0000-0001-8772-5474)

Karolina Maria Miron Pessoa e Silva

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
karolina.pessoa@upe.br
ORCID:(0009-0001-9321-5742)

Maria Beatriz Timóteo da Silva

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
beatriz.timoteo@upe.br
ORCID:(0009-0006-8768-053X)

Daniele Pereira da Silva

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
daniele.pereira.silva@upe.br
ORCID:(0009-0006-2355-9925)

Carolina da Franca Bandeira Ferreira

Santos

Universidade de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
carolina.franca@upe.br
ORCID:(0000-0002-7365-2806)

RESUMO: O objetivo deste estudo é descrever ações educativas a partir da relação entre discriminação racial e saúde em adolescentes. Trata-se de um relato de experiência embasado na vivência prática do projeto “Discrimina Não”, desenvolvido entre agosto de 2022 e agosto de 2023, por discentes do Curso de Odontologia da Universidade de Pernambuco com adolescentes do ensino médio das escolas públicas da região



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA

metropolitana do Recife. As ações educativas foram fundamentadas nos princípios da pesquisa-ação, e utilizaram a estratégia de oficina educativa para promover maior envolvimento e participação dos adolescentes. Além disso, criou-se uma conta na rede social Instagram (@discriminanaoupe), a fim de divulgar as atividades do projeto e informar a sociedade sobre a temática. As atividades alcançaram 322 adolescentes nas escolas. Nas oficinas foram discutidos os seguintes assuntos: o conceito de discriminação racial, alguns termos racistas, consequências da violência para a saúde, maneiras de combater o racismo e o “ligue 180”. O método educativo-participativo incentivou relatos de discriminação vivenciados pelos participantes e por pessoas próximas. A experiência das extensionistas em atividades de educação em saúde sobre discriminação racial e saúde escolar mostrou-se relevante, possibilitando a aquisição de novas habilidades pela equipe.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente, Discriminação Percebida, Educação em Saúde.

ABSTRACT: The objective of this study is to describe educational actions on the relationship between racial discrimination and health in adolescents. This is an experience report based on the practical experience of the “Discrimina Não” Project, developed between August 2022 and August 2023, by students of the Dentistry Course at the University of Pernambuco with high school teenagers from public schools in the metropolitan region from Recife/PE. The educational actions were based on the principles of action research, which had the strategy of an educational workshop to promote greater involvement and participation among adolescents. Additionally, an account was created on the social network Instagram (@discriminanaoupe) to publicize the project's activities and inform society about the topic. The activities reached 322 teenagers in schools. The following topics were discussed in the workshops: the concept of racial discrimination, racist terms, health consequences of violence, how to combat racism and “call 180”. The educational-participatory method encouraged reports of discrimination experienced by participants and people close to them. The extension workers' experience in health education activities on racial discrimination and school health proved to be relevant, enabling the team to acquire new skills.

KEYWORDS: Adolescent, Perceived Discrimination, Health Education.

Introdução

Racismo é uma forma sistêmica de discriminação consciente ou inconsciente com base na raça que leva a desvantagens ou privilégios, dependendo do grupo racial a que pertencem os indivíduos (Almeida, 2018). Em países como o Brasil, cuja cultura foi modulada através do viés do colonialismo e escravismo (Silveira, Nascimento & Zalembessa, 2021), grupos racializados, como a população negra, são hierarquizados em decorrência do imaginário eurocêntrico do Estado. Neste contexto, há um reforço das relações desiguais e estruturadas de poder na

economia, na política e na subjetividade da população que reproduz modos de ser, pensar e agir (Silveira, Nascimento & Zalembessa, 2021).

Um ambiente social de falta de oportunidades e atribuição de valor negativo às características fenotípicas dos adolescentes negros é prejudicial ao desenvolvimento saudável e aumenta a chance de desenvolvimento de transtornos mentais (Castro-Ramirez et al., 2021). O racismo, além de negar oportunidades e acesso a bens e serviços, biologicamente leva ao estresse crônico, aumentando os níveis hormonais e o estresse oxidativo em virtude da exposição a situações de perigo ou ameaça (Van Bodegom, Homberg & Henckens, 2017), com consequentes reações inflamatórias e predisposição a doenças crônicas (Cohen et al., 2012).

A adolescência é uma fase de intenso desenvolvimento, marcada por mudanças físicas, psicológicas, sociais e comportamentais, definida cronologicamente pelo período entre os 10 e os 19 anos de idade (World Health Organization, 2020). Este estágio é marcado pela necessidade de integração social, pelo processo de busca e formação da personalidade, pelo desenvolvimento do pensamento abstrato, pela exploração e definição da identidade sexual, e pela descoberta e compreensão das próprias limitações, além de outros aspectos relevantes nesse período de crescimento e desenvolvimento.

No entanto, a adolescência, especialmente para os jovens negros, nem sempre é um período especial. Muitas vezes, é considerada uma fase de exposição ao estigma racial (Santos et al., 2024). Para estes jovens, o desenvolvimento psicosocial é comprometido pela violência racial, que afeta negativamente o processo de formação da identidade e pode levar a sentimentos de inferioridade, subordinação e não reconhecimento de si como sujeito de direitos (Souza, 2021). Assim, pode-se considerar que jovens negros estão mais vulneráveis a sofrerem danos à saúde.

A escola deve ser um local propício para o estímulo e desenvolvimento de habilidades, comportamentos e estilos de vida mais saudáveis, e é onde está concentrada a grande maioria dos adolescentes (Honkala, 2014). Adicionalmente, as redes sociais permitem aos adolescentes expandirem seu entendimento sobre a promoção da saúde e a prevenção de doenças, podem assim, contribuir para a formação de comportamentos favoráveis que resultem em melhores condições de bem-estar físico e mental.

Esses ambientes, tanto escolares quanto virtuais, são locais de destaque para a realização de ações educativas e para fomentar discussões sobre o racismo, promovendo o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a relação entre

discriminação racial e saúde. Na escola, também estão os professores que lidam diariamente com as situações de discriminação que ocorrem nesse ambiente. Esses profissionais poderão ser beneficiados por este projeto, participando das ações educativas que os incentivem a adotar novas posturas diante dos problemas de seu tempo e espaço, como o racismo.

Salienta-se que, no Brasil, muitos preconceitos concebidos e introyetados ao longo da vida social estão no espaço escolar de modo implícito ou explícito (Macedo, 2020), e isso pode ser reforçado pela gestão ou pelos professores. Quando eles não estão informados e sensibilizados sobre como combater a discriminação racial e suas repercussões, se tornam incapazes de lidar profissionalmente com a diversidade e podem contribuir para os efeitos prejudiciais da naturalização do racismo. Somando-se os profissionais com posturas racistas no ambiente escolar, o conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos, e as relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, ocorre o prejuízo no aprendizado e em outros aspectos do desenvolvimento do estudante discriminado (Munanga, 2005).

A experiência de discriminação racial tem sido associada a condições desfavoráveis para o desenvolvimento saudável de um indivíduo, como níveis baixos de saúde física e mental, representados pela depressão, ansiedade, ideação suicida, diminuição da autoestima e autoeficácia. Apesar da população negra representar maioria numérica e ter vivências específicas de adoecimento intimamente relacionado a diversos tipos de racismos (interpessoal, institucional e estrutural), poucos projetos têm sido realizados com foco na saúde da população negra (Tavares & Kuratani, 2019). Por isso, o projeto de extensão “Discrimina Não: Discriminação Racial e Saúde em Adolescentes” buscou desenvolver pensamento crítico sobre as relações entre discriminação racial e saúde através de discussões teóricas, da interação nas redes sociais e do planejamento e realização das ações educativas em um ambiente escolar.

Assim, este artigo tem o objetivo de descrever as ações educativas sobre as relações entre discriminação racial e saúde em adolescentes, promovidas por discentes na dimensão de extensão do Curso de Odontologia da Universidade de Pernambuco (UPE) com adolescentes de Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), localizadas em Recife, por meio do projeto “Discrimina Não”.

Aspectos metodológicos

O projeto teve abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, que englobou uma ampla variedade de atividades, desde a criação de conteúdo digital até a condução das oficinas. A abordagem abrangente uniu elementos teóricos e práticos, visando disseminar o conhecimento sobre a interseção entre Saúde e Racismo. Foram realizadas visitas às escolas estaduais de Recife para realização das ações do projeto.

A pesquisa-ação foi utilizada para desenvolver o pensamento crítico sobre a relação entre discriminação racial e saúde. Além disso, ela favorece mudanças na vida dos participantes, a partir do pressuposto de que as pessoas têm um saber acumulado e, assim, produzem conhecimentos, construindo um saber próprio, demarcado por suas vivências cotidianas (Freire, 2011; Thiollent, 2013). Tal compreensão possibilita não só conhecer essas mudanças, mas contribuir com a assistência integral dos seres humanos, respeitando a dimensão cultural em que vivem. Neste método, os problemas apresentados inicialmente pelos participantes estimulam neles próprios a procura por soluções, e esse processo tem potencial para promover uma possível transformação.

Na pesquisa-ação todo mundo é pesquisador, seja mediador do processo – pesquisador externo, representado pelo extensionista – ou alguém diretamente envolvido na realidade a ser problematizada – pesquisador interno, representado pelos adolescentes matriculados nas escolas participantes deste projeto. A participação ativa de pesquisadores externos e internos é inerente à abordagem da pesquisa-ação, pois novas práticas e conhecimentos são gerados a partir do encontro do conhecimento técnico-científico trazido por pesquisadores externos com a experiência cotidiana de pesquisadores internos (Soares et al., 2018).

Uma das ferramentas que foi utilizada para a ação educativa foi a oficina que se configura como um instrumento de processos educativos emancipatórios que tem por objetivo explicitar e provocar a reflexão de contradições sociais. Neste processo, os envolvidos se tornam conscientes do objeto e das finalidades das práticas sociais em que estão implicados, e são estimulados a sentirem-se livres para a crítica social e proposições que promovam a transformação da realidade (Soares et al., 2018). A Figura 1 mostra os pesquisadores no momento da oficina.

Figura 1: Oficina educativa. Recife/PE, 2023.



Fonte: Autores (2023).

Durante as ações educativas nas escolas, foram abordadas diversas temáticas: o que é discriminação racial, termos racistas, consequências da violência para a saúde, como combater o racismo e o “ligue 180”. As oficinas proporcionaram aos adolescentes a oportunidade de compartilhar suas experiências pessoais, serem ouvidos atentamente e receberem informações pertinentes sobre esses temas, contribuindo para uma reflexão coletiva e uma maior conscientização sobre a questão racial.

A primeira ação presencial foi desenvolvida em uma escola de tempo integral do Recife. Nesse dia, foram distribuídos aproximadamente 150 panfletos informativos para os alunos sobre discriminação e preconceito racial, além da divulgação do Instagram (@discriminanaoupe) do projeto. A segunda ação presencial ocorreu em outra escola de tempo integral do Recife, onde foram realizadas as oficinas por meio das rodas de conversas. Houve a participação de 22 adolescentes.

Ainda no sentido de propagar e compartilhar informações entre as discentes extensionistas do projeto e os adolescentes das escolas, foram distribuídos panfletos informativos para os alunos abordando a discriminação e o preconceito racial fora da sala onde ocorreu a oficina. Nas duas ações presenciais, foram alcançados diretamente 322 adolescentes.

Os panfletos e outros materiais informativos foram produzidos utilizando plataformas digitais de edição, como o Canva. Um exemplo desses recursos foi o panfleto representando a diversidade de tons de pele por meio de lápis de cor. Adicionalmente, o grupo organizou a confecção de camisetas personalizadas para serem usadas durante as atividades escolares, contendo o design da logomarca do projeto, elaborada pelos próprios membros da equipe de extensionistas.

No que tange ao desenvolvimento do pensamento crítico sobre a relação entre discriminação racial e saúde na equipe extensionista e no público-alvo de adolescentes, houve a necessidade de utilizar um arcabouço teórico baseado em diretrizes que orientam a pesquisa e as interpretações das ações realizadas (Thiolent, 2013).

Ao longo da duração do projeto, a equipe de extensionistas foi incentivada a refletir sobre o fenômeno do racismo no contexto brasileiro, com foco na dificuldade enfrentada pela população negra no acesso aos serviços de saúde e como isso se relaciona com o legado histórico advindo do extenso período de escravidão no país. Um dos principais desafios enfrentados pelo grupo foi a necessidade de desconstruir preconceitos arraigados e lidar com as injustiças sociais.

Para atingir tal objetivo, houve discussões aprofundadas realizadas semanalmente em formato online, utilizando a plataforma Google Meet. O principal propósito desses debates foi capacitar os extensionistas a interagir e a abordar a temática de maneira eficaz durante as ações educativas. Durante as reuniões foram abordados temas relacionados ao racismo, como o colorismo, a distinção entre racismo e discriminação e os conceitos de raça e racismo, especialmente considerando a sua tipologia, conforme delineado por um dos principais estudiosos no campo, Sílvio Luiz de Almeida, autor da obra *O que é racismo estrutural?*. Essa abordagem contribuiu significativamente para o embasamento teórico a ser posteriormente transmitido durante as sessões práticas nas oficinas e para produção das postagens no Instagram.

Em relação às ações na página do Instagram (@discriminanaoupe), conforme Figura 2 e 3, esta rede social se mostrou exímia alternativa de divulgação sobre a temática. As postagens eram padronizadas e elaboradas de acordo com o tema

selecionado para cada semana. As discentes eram divididas em duplas ou trios para a execução da tarefa. Durante todo o processo, elas tinham contato com a equipe docente, que analisava o protótipo antes da publicação. É essencial relatar que, semanalmente, a dupla ou trio apresentava a sua postagem e todo o grupo discutia os pontos principais e a necessidade de acrescentar alguma informação.

Figura 2: Perfil do projeto na plataforma Instagram. Recife/PE, 2023.



Fonte: Autores (2023).

Figura 3: Captura de tela dos posts na plataforma Instagram. Recife/PE, 2023.



Fonte: Autores (2023).

Todas as ações realizadas contribuíram para promover a essencialidade do projeto, bem como para demonstrar a importância de abordar o racismo e sua relação com a saúde em âmbito educacional. Vale ressaltar, ainda, que todos os artifícios verbais e não verbais buscaram se basear no lúdico e na utilização de didática que propiciasse um processo de ensino-aprendizagem mais concreto e objetivo aos adolescentes, para que com isto eles pudessem propagar para outros indivíduos os ensinamentos aprendidos a partir das ações do projeto em questão.

Resultados e discussão

Durante uma das oficinas, que teve como ponto de partida questionamentos relacionados à cor da pele, foram apresentados aos adolescentes imagens de vários lápis de cor. A partir dessa dinâmica, os adolescentes responderam qual cor seria aquele lápis apresentado pelo moderador, o que resultou em uma discussão bastante proveitosa. A última imagem mostrada foi a do lápis cor bege, bastante conhecido como “cor de pele”.

O fato de diversas empresas trazerem um lápis de cor bege claro sendo denominado como “cor de pele” exclui indivíduos que não se encaixam naquele tom e entendem que sua cor de pele não chega a ser considerada nessas paletas. Isso pode afetar a identidade no processo de aprendizagem do ser humano, já que ainda na fase infantil há a descoberta das cores. Por meio da associação das cores são atribuídos significados e sentidos diversos.

No estudo qualitativo de Souza, Kiyochi e Pascoal (2020), foi analisada a trajetória publicitária da empresa Faber-Castell, focando na exclusão e inclusão de indivíduos de raças e etnias diversas em contraste aos longos anos de propagandas que ressaltavam, elevavam e visibilizavam indivíduos brancos. Por mais que grandes empresas como a Faber-Castell tentem apresentar hoje em dia novas campanhas com diferentes cores e tons de pele, o estudo conclui que o racismo estrutural exclui algumas pessoas de certos postos. Como expõe Almeida (2018, p. 62), “na cultura popular ainda é possível ouvir sobre a inaptidão dos negros para certas tarefas que exigem preparo intelectual [...]”, instaurando de modo sistemático um imaginário coletivo que desassocia de não brancos essas capacidades e os direciona a constantes olhares e lugares de subserviência.

Adicionalmente, por meio da dinâmica supracitada, foram apresentadas expressões racistas que muitas vezes tem suas origens desconhecidas e acabam sendo utilizadas e naturalizadas. Também se discutiu sobre o que é o racismo e sua relação com a saúde; por exemplo, citou-se que, na área da Odontologia, os pacientes tidos como pardos são os mais atingidos com procedimentos invasivos de exodontia, em comparação aos brancos, haja vista a perspectiva de inúmeros profissionais de que tal indivíduo não teria renda o suficiente para um tratamento mais custoso. No entanto, o papel do profissional deveria ser orientar o paciente para alcance da promoção de saúde bucal, ao invés de recomendar tratamentos menos adequados cuja indicação tem respaldo no possível preconceito racial naturalizado socialmente.

Como efeito das postagens no Instagram (@discriminanaoupe), a equipe do projeto foi questionada algumas vezes. Por exemplo, houve um comentário sobre determinadas situações discriminatórias existentes na sociedade, a exemplo do curso de Odontologia ser excludente e de maioria branca. No livro digital Racismo estrutural e saúde bucal, Lamenha-Lins et al. (2022) confirmam a existência da reprodução do racismo na academia, uma vez que os autores afirmam que o progresso científico, em relação à injustiça racial em saúde bucal, só é possível a partir da adoção de narrativas ativamente antirracistas no meio acadêmico, distanciando a atual linguagem descriptiva e imparcial acerca das “disparidades” em saúde.

Da mesma forma, Lamenha-Lins et al. (2022) ressaltam a importância de se buscar a diversidade étnica nos campos da clínica, pesquisa e gestão em saúde bucal, porque pode contribuir para a redução das iniquidades. Além disso, os acadêmicos não devem negligenciar a presença de outros sistemas de opressão, tais como classe, identidade de gênero e orientação sexual, na condição de saúde da população.

Ainda sobre o racismo presente na área da saúde, muitos estudos mostram essa grande concordância. O estudo exploratório de Kalckmann et al. (2007) trouxe como conclusão que a população negra vem sendo discriminada nos serviços de saúde, tanto como usuários quanto como profissionais. Embora os relatos, na sua maioria, remetam a serviços públicos, os planos privados também foram citados. Deve-se lembrar que um dos princípios básicos do SUS é a equidade, ou seja, os serviços de saúde devem oferecer tratamentos diferenciados e específicos para os desiguais, visando reduzir diferenças de vulnerabilidade das populações. No entanto, verificou-se que os serviços de saúde, por meio de seus profissionais, aumentam a vulnerabilidade destes grupos populacionais, ampliando barreiras ao acesso, diminuindo a possibilidade de diálogo e provocando o afastamento de usuários (Kalckmann et al., 2007).

Deste modo, é importante orientar a população adolescente racializada sobre o que ocorre nos serviços de saúde de modo invisível. Isso é fundamental para iniciar a luta contra o racismo, uma vez que este é um determinante social da saúde que afeta a população negra em todas as fases da vida. Essa conscientização é essencial para promover ações que busquem combater as disparidades e desigualdades raciais presentes no acesso e na qualidade dos cuidados de saúde oferecidos.

O processo educativo-participativo oportunizou o compartilhamento, por parte dos adolescentes, de várias situações discriminatórias vivenciadas por eles

e por pessoas próximas em diversos lugares, inclusive na escola. Neste ambiente, foram relatadas principalmente situações recorrentes, entre os estudantes, de xingamentos de cunho racial com uso de termos pejorativos, tais como: “macaco”, “primata” e “primitivo”. Apesar dos adolescentes que praticam esse tipo de violência usarem com frequência a desculpa de ser apenas uma “brincadeira”, já que são todos colegas de sala, essas situações na realidade são manifestações que ocorrem dentro da escola como reflexo do racismo estrutural que é um fenômeno ideológico que se consolida através dos preconceitos, discriminações e estereótipos (Munanga, 2005).

O racismo recreativo pode ser definido como um comportamento criminoso com motivação racial disfarçado de piada. Tais atitudes tendem a ser humilhantes para pessoas negras, asiáticas, aborígenes ou pessoas de outros grupos raciais, fazendo-os sentir que a sua raça ou etnia é desvalorizada e diminuída. Uma pesquisa realizada por Buckner, Zvolensky e Scherzer (2023) constatou que dentre 270 estudantes negros que consumiram álcool em um determinado mês, 112 também usaram cannabis. O estudo revelou que o grupo que usava ambas as substâncias havia sofrido microagressões relacionadas à raça. Isso evidencia que o racismo recreativo, presente na realidade de muitos estudantes, tem o potencial nocivo de colocar esses indivíduos em risco de usar múltiplas substâncias, presumivelmente para lidar com essas experiências.

Durante as oficinas, também se discutiu sobre a naturalização do racismo quando citaram as situações de xingamentos. O racismo é frequentemente naturalizado, minimizado como um exagero ou até mesmo considerado algo natural, remanescente da era escravocrata, erroneamente supondo-se que tenha sido superado com o avanço social das classes (Almeida, 2019). Muitas vezes, é obscurecido por um discurso que proclama a igualdade universal, sugerindo que todos são iguais como seres humanos e dispõem das mesmas oportunidades, bastando apenas esforço e mérito para alcançar o sucesso.

O racismo e suas formas de manifestação estão presentes na vida da população negra desde a infância. Assim como os adolescentes negros, os brancos também adquirem percepções de branquitude e negritude com base em suas experiências pessoais. Deste modo, o ambiente escolar pode facilitar a desconstrução de percepções negativas da identidade negra, como também pode reproduzir o racismo através da ação e da inação (Ponce & Ferrari, 2022). A omissão por parte dos profissionais da escola, sejam professores ou gestores, só reforça o racismo e contribui para seus efeitos prejudiciais nas vítimas.

É crucial ressaltar que as ações empreendidas durante o projeto, como a discussão sobre discriminação racial no ambiente escolar com os adolescentes, são de grande relevância. No entanto, é fundamental que os educadores possuam uma visão mais ampla da sociedade e da diversidade cultural brasileira, reconhecendo e valorizando suas próprias origens. Isso pode significativamente contribuir para aumentar o letramento racial dos estudantes, de modo que desenvolvam atitudes afirmativas com relação a sua própria identidade étnico-racial (Munanga, 2005).

Durante as rodas de conversa entre os pesquisadores e os alunos, foi relatado por parte dos alunos que, entre as ocorrências do dia a dia escolar, algumas situações caracterizadas como racismo podem ser levadas na brincadeira e, quando recorrem aos auxílio de profissionais da área da educação, também não são tomadas as medidas cabíveis. Segundo a Lei nº 13.185, Art. 2º, caracteriza-se intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação (Brasil, 2015). Cabe aos professores e profissionais da educação promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, incluindo a racial.

O aluno, quando recorre ao profissional da educação por socorro e auxílio, mas neste não os encontra, poderá, por conseguinte, sentir a carência de uma figura de segurança em sua realidade escolar. Essa falta pode levar ao abandono precoce dos estudos e ao envolvimento em contextos que não deveriam lhe pertencer, impactando negativamente sua saúde mental, física e emocional.

O impacto do racismo na saúde mental é profundo e multifacetado. Este foi um dos temas trabalhados durante as reuniões semanais, nas quais foram discutidas várias personalidades importantes, conhecidas pela luta antirracista, como Suely Carneiro. Esses debates serviram como base para posts na rede social Instagram (@discriminanaoupe). Segundo Suely Carneiro (2005), as experiências de discriminação racial são preditores significativos de estresse psicológico. A autora destaca que o racismo não apenas marginaliza economicamente, mas também causa danos psicológicos, resultando em sentimentos de inferioridade e auto aversão, que podem gerar problemas de saúde mental na população racializada. Esses sentimentos podem levar o indivíduo a internalizar o racismo, cujo processo faz com que as vítimas de discriminação racial começem a aceitar e acreditar nas mensagens negativas e nos estereótipos perpetuados na sociedade.

Considerações finais

Esse projeto de extensão é uma iniciativa importante para a promoção da igualdade e conscientização sobre os impactos adversos da discriminação racial. Ao realizar reuniões online com seminários semanais, postagens no Instagram e ações informativas em escolas, o projeto conseguiu abranger um amplo público, difundindo a importância de combater essa forma de discriminação. Entretanto, é importante ressaltar que esta é apenas uma das várias ações necessárias, sendo imprescindível a implementação de mudanças estruturais e a mobilização coletiva em diversos setores da sociedade.

Durante as reuniões online, foram criados ambientes seguros e acolhedores, que permitiram compartilhar experiências e conhecimentos, promovendo um diálogo enriquecedor sobre a discriminação racial. Além disso, essas reuniões permitiram que os discentes se informassem sobre os diferentes estereótipos e preconceitos existentes, bem como sobre as possíveis estratégias de combate.

As postagens no Instagram ofereceram uma plataforma acessível e amplamente disseminada para o compartilhamento de informações sobre assuntos importantes relacionados à discriminação racial. Com conteúdos educativos, estatísticas e histórias de vida de pessoas inspiradoras, o projeto alcançou cada vez mais seguidores.

As atividades conduzidas nas escolas forammeticulosamente planejadas, envolvendo a elaboração antecipada de panfletos informativos destinados à distribuição ao público-alvo. Essa estratégia revelou-se altamente benéfica para apresentar o projeto aos jovens adolescentes, ampliar o alcance nas plataformas digitais e estabelecer um contato direto dos extensionistas com o público-alvo do programa, os próprios adolescentes.

Assim, essas iniciativas mostraram-se altamente impactantes, pois esses jovens puderam compartilhar experiências pessoais de racismo, tanto suas próprias vivências quanto as de familiares e amigos, em diversos ambientes sociais, escolares e familiares. Isso gerou um efeito multiplicador, ampliando a conscientização e o diálogo sobre essa questão crucial em diferentes esferas da vida cotidiana.

Este projeto teve um impacto positivo tanto para os adolescentes envolvidos quanto para a comunidade escolar como um todo. Através das ações desenvolvidas, foi possível levar informações relevantes a respeito da discriminação racial, promovendo conscientização e engajamento, incluindo também mais acesso às nossas redes sociais, como o Instagram. Dessa forma, foi possível que todos os envolvidos aprendessem um pouco mais a respeito de definições, diferenças e consequências do racismo para a vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. (2018). O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento.
- Almeida, S. L. (2019). Racismo estrutural. São Paulo: Pólen.
- Brasil. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistêmática (Bullying). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- Buckner, J. D., Zvolensky, M. J. & Scherzer, C. R. (2023). Alcohol and cannabis dual use among Black adults: Associations with alcohol use, use-related problems, and race-based discrimination. *The American journal on addictions/American journal on addictions*, 33(1), 65-70.
<https://doi.org/10.1111/ejad.13480>
- Carneiro, S. (2005). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro.
- Castro-Ramirez, F. et al. (2021). Racism and poverty are barriers to the treatment of youth mental health concerns. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 50(4), 534-546.
<https://doi.org/10.1080/15374416.2021.1941058>
- Cohen, S. et al. (2012). Chronic stress, glucocorticoid receptor resistance, inflammation, and disease risk. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(16), 5995-5999.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1118355109>
- Freire, P. (2011). Educação como prática de liberdade. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Honkala, S. (2014). World Health Organization approaches for surveys of health behaviour among schoolchildren and for health-promoting schools. *Medical Principles and Practice*, 23(Suppl. 1), 24-31.
<https://doi.org/10.1159/000354172>
- Lamenha-Lins, R. M. et al. (2022). Racismo estrutural e saúde bucal. Belo Horizonte: FAO UFMG.
- Kalckmann, S. et al. (2007). Racismo institucional: um desafio para a eqüidade no SUS? *Saúde e Sociedade*, 16(2), 146-155.
- Macedo, R. L. A. D. (2020). Formação de professores e racismo - para onde vamos?. *Revista Teias*, 21(62), 106-115.
- Munanga, K. (2005). Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada/[Brasília]: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 15-20.
- Ponce, B. J. & Ferrari, A. R. S. (2022). Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública. *Práxis Educativa*, 17 (e2219390).
<https://doi.org/10.5212/praxeduc.v17.19390.005>
- Santos, I. N. D., Black, T. L. D. P., Silva, K. V., & Santos, C. D. F. B. F. (2024). O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 34, e34025.
<https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434025pt>
- Silveira, J. I., Nascimento & S. L., Zalembessa, S. (2021). Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. *Educar em Revista*, 37.
<https://www.scielo.br/j/er/a/X3D3CtSHRk4KKKtFc9HGbHF/>
- Soares, C. B. et al. (2018). Pesquisa-ação emancipatória: metodologia coerente com o materialismo histórico e dialético. In: Toledo, R. F. et al. (Org.). *Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde.

Souza Da Cruz, A.; Kiyoichi, C. & Pascoal, M. (2020). “Me empresta o lápis cor de pele?” Análise de campanhas publicitárias da empresa faber-castell e a racialidade dos indivíduos representados e apagados. [s.l: s.n.].

<http://www.eaic.uem.br/eaic2020/anais/artigos/4106.pdf>

Souza, N. S. (2021). Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Tavares, J. S. C.; Kuratani, S. M. DE A. (2019). Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, 2019.

Thiollent, M. (2013). Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez.

Van Bodegom, M.; Homberg, J. R. & Henckens, M. J. (2017). Modulation of the hypothalamic-pituitary-adrenal axis by early life stress exposure. Fronteiras da neurociência celular, 11(87).

<https://doi.org/10.3389/fncel.2017.00087>

World Health Organization. (2020). Saúde do Adolescente.

http://www.who.int/topics/adolescent_health/en

◆ VOL. 13, 2025, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces - Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces
Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br



PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

U F M G